

POLÍTICA DE PRIVACIDADE – RAF ADVOGADOS

Bem-vindo(a)!

Nós, da Rodrigues Abud Ferreroni Advogados Associados (RAF), agradecemos pela confiança depositada em nossa equipe no acesso ao nosso conteúdo e/ou contratação de nossos serviços jurídicos.

Com nosso site e mídias sociais (LinkedIn, Facebook, Instagram) (“Canais”) temos como pretensão oferecer ao cliente e ao público em geral um canal de contato, disponibilizar informações sobre o escritório, bem como divulgar artigos sobre questões jurídicas relevantes.

Com nossos serviços jurídicos (“Serviços Jurídicos”) almejamos oferecer a V. uma assessoria de excelência, que fomente o seu bem-estar e sucesso em todos os âmbitos de sua vida.

1. INTRODUÇÃO

Para que possamos melhor atendê-lo, é imprescindível que tomemos contato com alguns Dados Pessoais seus.

Este documento contém a Política de Privacidade direcionada a terceiros e é composto por 2 (duas) partes: (i) esclarecimentos iniciais sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e (ii) informações relacionadas ao tratamento dos Dados, especialmente Dados Pessoais, feito pela RAF.. Comprometemo-nos a sempre manter em segurança as suas informações e dados pessoais, através do uso de medidas técnicas e administrativas adequadas.

Se o usuário não concordar com esta Política, pedimos, por gentileza, que não utilize os nossos Canais e/ou Serviços Jurídicos.

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.1. O que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) é a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que regulamenta o tratamento de dados pessoais feitos por pessoas físicas ou jurídicas, sejam as atividades de tratamento realizadas por meios físicos ou digitais.

A LGPD se aplica às seguintes hipóteses:

- (i) quando as atividades de tratamento ocorram na República Federativa do Brasil;
- (ii) quando a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional;
- (iii) quando os dados pessoais objeto do tratamento sejam de indivíduos localizados no território nacional; ou
- (iv) quando os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

2.2. O que caracteriza Tratamento?

“Tratamento” significa qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, como, por exemplo: a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Portanto, o simples armazenamento do dado pessoal já é considerado tratamento e está submetido à LGPD.

2.3. O que são Dados Pessoais?

Os "Dados" são quaisquer informações direta ou indiretamente relativas aos usuários que podem ser objeto de Tratamento pela.

Os "Dados Pessoais" são Dados que identificam ou tornam identificáveis a pessoa natural. Os dados que identificam a pessoa de forma direta são, por exemplo, nome, foto, documento de identidade; os dados que identificam as pessoas de forma indireta são, por exemplo, dados de geolocalização.

Há uma categoria de dados chamada de "Dados Sensíveis", que possuem uma proteção especial da LGPD, porque são dados que podem gerar algum tipo de discriminação ou uma vulnerabilidade maior da privacidade do titular, são eles: dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

2.4. Quem são os Controladores e os Operadores?

A LGPD define duas figuras que são consideradas os "Agentes de Tratamento": o controlador e o operador.

Os "Controladores" são aqueles que detêm os dados pessoais em seu banco de dados e tomam as decisões sobre as operações de Tratamento dos Dados Pessoais. São os proprietários do banco de Dados Pessoais.

Os "Operadores" são aqueles que realizam as atividades de Tratamento em nome e por determinação do Controlador, ou seja, seguindo as orientações do Controlador.

2.5. Quem é o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais?

O "Encarregado de Proteção de Dados Pessoais" é nomeado pelo Controlador e atua como canal de comunicação entre o Controlador e os titulares dos Dados Pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (órgão público responsável por zelar, implementar e fiscalizar a LGPD no Brasil).

2.6. Quem são os Titulares dos Dados Pessoais e quais são os seus direitos?

Os "Titulares" dos Dados Pessoais são as pessoas físicas a quem os Dados Pessoais se referem – são, então, os proprietários dos Dados Pessoais. A LGPD prevê um rol de direitos dos Titulares, em seus artigos 17 a 22.

A título de exemplo, os Titulares têm direito de solicitar ao Controlador, a qualquer momento e mediante requisição, informações sobre o Tratamento dos Dados Pessoais, como: a confirmação da existência de Tratamento; o acesso aos Dados Pessoais; a correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados Pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD; entre outros.

3. O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA RAF

3.1. Dados pessoais que Tratamos e a finalidade e a base legal correspondentes

A seguir compilamos a relação de Dados Pessoais que Tratamos:

ÂMBITO	DADO PESSOAL	FINALIDADE	BASE LEGAL
Canais em geral	Nome	Resposta às interações de usuários dos Canais nos próprios Canais	Consentimento
Site	Nome, e-mail e o telefone fixo ou celular	Resposta às mensagens encaminhadas na aba "Contato"	Consentimento
Solicitação de Serviços Jurídicos	Necessariamente: nome, e-mail, telefone fixo, celular Eventualmente: número de R.G., número de inscrição no CPF/ME, passaporte, endereço, declarações, certidões, contratos, processos jurídicos, fotos, e quaisquer dados pessoais relacionados.	Elaboração de orçamento e/ou proposta para a prestação de Serviços Jurídicos	Consentimento e Execução de Contrato
Prestação de Serviços Jurídicos	Necessariamente: nome, e-mail, telefone fixo, celular, número de R.G., número de inscrição, número de R.G., número de inscrição no CPF/ME, endereço residencial Eventualmente: número de R.G., número de inscrição no CPF/ME, passaporte, endereço, declarações, certidões, contratos, processos jurídicos, fotos, e quaisquer dados pessoais relacionados.	Elaboração de parecer jurídico, peticionamento e acompanhamento processual, elaboração de contrato, e demais atividades relacionadas ao Serviço Jurídico Contratado.	Consentimento e Execução de Contrato
E-mails informativos e Newsletter	Nome e e-mail	Prestação de informações à clientela da RAF de assuntos jurídicos de relevância	Consentimento

Se o usuário preferir, pode entrar diretamente em contato com a RAF através dos telefones indicados ou do e-mail lgpd@rafadvogados.com.br.

Não são tratados no site da RAF os dados indiretos, que são aqueles não informados pelos usuários, mas acessados pela aplicação.

Todos os Dados Pessoais serão tratados como confidenciais e utilizados somente para as finalidades descritas nesta Política e conforme autorização do usuário. Jamais os Dados Pessoais serão comercializados a terceiros.

Ao fornecer esses Dados Pessoais, o usuário estará consentindo com o armazenamento de tais informações no sistema da RAF.

3.2. Solicitação dos usuários

O usuário sempre poderá exercer os seus direitos relativos à privacidade e a proteção dos seus Dados Pessoais. Nestes casos, deverá entrar em contato direto com responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais, através do seguinte e-mail: lgpd@rafadvogados.com.br.

Para validar os direitos dos titulares dos Dados Pessoais, poderá ser necessário solicitar informações específicas e adicionais do usuário para nos ajudar a confirmar a identidade e garantir o direito e segurança dos dados pessoais.

A RAF responderá a todas as solicitações legítimas dentro de até 20 (vinte) dias úteis, exceto se a solicitação for complexa, quando responderá em até 40 (quarenta) dias úteis.

3.3. Como compartilhamos os dados

O eventual compartilhamento das Dados Pessoais sempre ocorrerá de forma segura, visando preservar a sua privacidade.

Os Dados Pessoais coletados são compartilhados a princípio apenas internamente, com a área operacional responsável, e, assim, não serão compartilhados com terceiros.

Se houver a contratação de nossos Serviços Jurídicos e for necessário, seus Dados Pessoais poderão ser compartilhados com as outras áreas internas e/ou empresas parceiras, sempre na medida do necessário.

3.4. Armazenamento e descarte das informações

Os Dados, dentre os quais os Dados Pessoais acima referidos, são coletados através de formulário do site (campo "Contato") e ficarão armazenados apenas pelo tempo que forem necessários para realização das finalidades para as quais forem coletados, inclusive para fins de cumprimento de quaisquer obrigações legais regulatórias, ou contratuais, para resguardar direitos da RAF, entre outras finalidades.

A RAF realizará a exclusão dos Dados Pessoais se houver solicitação nesse sentido pelo usuário, exceto se houver qualquer outro motivo legítimo para a sua manutenção.

3.5. Atualizações da Política de Privacidade

A RAF se reserva no direito de alterar essa Política sempre que necessário para garantir a segurança dos dados pessoais coletados e tratados. A versão disponível no site – que sempre será a mais recente – é a vigente.

3.6. Canal de Comunicação e Encarregado de Proteção de Dados

A RAF, em obediência do artigo 41 da Lei Geral de Proteção de Dados, indica Gustavo Moura como Encarregado de Proteção de Dados, sendo possível o contato através do seguinte e-mail: lgpd@rafadvogados.com.br.

3.7. Lei Aplicável

A Política de Privacidade é regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

3.8. Foro de Eleição

Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, como o competente para dirimir quaisquer questões porventura oriundas do presente documento, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.